

Manifesto dos Comitês De Educação Integral em defesa da política de educação integral:

Nós os comitês (Comitê Territorial de Educação Integral do Estado de São Paulo, Comitê de Educação Integral do Oeste Paulista representados pelo Comitê Metropolitano de Educação Integral da RMC – Região Metropolitana de Campinas, Comitê Territorial de Educação Integral do Espírito Santo, Comitê Territorial do Rio Grande do Norte, Comitê Territorial Baiano de Educação Integral e Integrada, Comitê de Educação Integral da RIDE/Distrito Federal, Comitê Territorial de Educação Integral do Rio de Janeiro, Comitê Metropolitano de Educação Integral/Integrada do RS, Comitê Territorial de Políticas Públicas de Educação Integral de Pernambuco, Comitê Territorial de Sergipe, Comitê Territorial do Tocantins, Comitê Territorial do Paraná, Comitê Territorial de Educação Integral de Santa Catarina e Representações das Políticas de Educação Integral de Manaus e Paraíba) reunidos em Recife no III Fórum de Educação Integral de Pernambuco

Considerando:

1. A crise política por que passa o Brasil, que pode vir a abalar as estruturas da república enquanto governo democrático e popular;
2. O fato de que os comitês são reconhecidos como legítimos e possuem interface eficiente com as comunidades escolares (chão da escola), governos e secretarias;
3. A necessidade de engajamento frente a onda golpista e a necessidade de manutenção das conquistas, especialmente, sociais dos últimos anos;
4. Os avanços na qualificação dos processos de aprendizagem dos alunos, a partir da formação compreendida em todas as dimensões humanas, bem como na qualificação dos materiais pedagógicos da escola e geração de renda nas comunidades;
5. A Meta 6 do Plano Nacional de Educação 2014-2024;
6. A parceria com a FUNDAJ, UNESCO, CONSED, UNCME, UNICEF, UNDIME, Universidades Federais e Estaduais, Minc, Me, MDS e MS.

Demandamos:

1. Respeito às nossas metas e a legitimidade conquistada;
2. Manutenção do Programa Mais Educação nos moldes pedagógicos atuais, ou seja não nos rendemos ao “mais do mesmo” (escola de português e matemática);
3. Garantir repasse de recursos com mais previsibilidade e regularidade que permitam planejamento das secretarias e escolas;
4. Manutenção dos Programas associados e as parcerias intersetoriais firmadas;
5. Intervenção direta dos Comitês aqui presentes;
6. Injeção de recursos na formação, através das universidades;
7. Institucionalizar uma política de educação integral, a partir da discussão do sistema nacional de educação e da base nacional comum da qual deva, necessariamente, participar os comitês;
8. Urgência na publicação da resolução e manual da política de educação integral de 2016.

Pernambuco, 18 de novembro de 2015

Francisco das Molas Poldo de Souza

Raphael Tatiane Ferandio Fernandes Vphm.

Claudia Cristina Pinto Santos

Paulo Henrique

Luisa Maria T. Rohr

Rebeca Sousa Ferreira

Sandy Marinho de Andrade

Neurálio Silva Lima

Andréa Rosely da F. Bliger

Valber dosé de Souza Lima

Priscilla Panathá Ferreira

Nemênia CR Fernandes

Maria Inês de Fátima Reche Bulla

Delaine Cardoso de Camacho Neys

Brane Acosta

Rogério Freire da Silva

Antônio Ricardo de Souza Dias

Maria do Rosário Dias Rodrigues Boabara

Vanu Santos Lídice

Fábia Robo Azvedo

Damia de Moraes Jr

Clarice Ribeiro da Luz Gomes

Thiáne AP. Cardoso Higino

Roxana Fortunato de

Lúcia Helene F de Souza

Albuquerque

Edilceia Maria de Souza Braga

Carlos Antônio de Alencar

Yanna Elaine Sávio de Medeiros da

corte Juliane Baranhão Silveira

Biblia Andris HS.

Dionivan Alcida de Maia

Eli de Moraes Bach Montanini

Magniech Port

Christiane S. de Moraes Rosa

Rosita Floria Júnior

Maria de Fátima Henriques Pereira

Felicia Silva Araújo Júnior

Adriana Lacerda